RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a PORTARIA Nº 082 de 18.10.2022, publicada no DOE nº 35.174 de 03.11.2022, que Concedeu 30 (trinta) dias de licença prêmio a servidora MÁRCIA ESTEVES NUNES, matrícula nº. 5900952/1, cargo Técnico de Enfermagem, lotada no 9º Centro Regional de Saúde - Santarém. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 16.12.2022.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 889193

OUTRAS MATÉRIAS

APOSTILA

Fica alterado na presente Portaria nº. 1.345 de 24.10.2022, publicada no D.O.E. nº. 35.174 de 03.11.2022, de JOSE NILO CABRAL MAIA, o período.

Onde se lê: período de 01.12.2022 a 30.12.2022;

Leia-se: período de 15.12.2022 a 13.01.2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 16.12.2022.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Protocolo: 889188

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB/PA

Resolução Nº 114, de 06 de dezembro de 2022.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando a Lei nº 8.080/90, de 19/09/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

- Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), que em seu artigo 2º alínea IV estabelece que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS.

- Considerando a Portaria GM/MS Nº 715, 4 de abril de 2022, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI).

- Considerando a Portaria GM/MS Nº 2.228, de 1º de julho de 2022 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a habilitação e o financiamento da Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI).

- Considerando a Resolução CIB/SUS-PA Nº 113, de 06 de dezembro de 2022, que aprova a habilitação dos serviços de saúde para atender a Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI) no SUS no Estado de Pará na lógica organizacional das macrorregiões de saúde.

- Considerando o Regimento Interno da CIB, aprovado pela Resolução CIB nº 152, de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo 26, define: Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar ad referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar "Ad Referendum" o Plano Macrorregional, com definição do desenho da Rede Materna e Infantil-RAMI para habilitação de serviços de saúde para atender a Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI) no SUS no estado de Pará, na lógica organizacional das macrorregiões de saúde, conforme Anexo desta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 06 de dezembro de 2022.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB/PA

Resolução Nº 115, de 12 de dezembro de 2022.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando que a sífilis em gestante e congênita é um sério problema de saúde pública, apesar de ser evitável, com uma taxa de transmissão vertical de até 80% através da microcirculação transplacentária, ocasionando 30% a 50% de morte in útero, parto pré-termo ou morte neonatal.

- Considerando que o diagnóstico e tratamento precoce das gestantes, bem como o monitoramento durante o pré-natal são ações básicas para o efetivo controle da transmissão vertical pelo *Treponema pallidum*.

- Considerando a necessidade de estabelecer a linha de cuidado da transmissão vertical da sífilis no Estado do Pará.

- Considerando a Portaria GM/MS nº 2.012, de 19 de outubro de 2016, que aprova o Manual Técnico para o Diagnóstico da Sífilis.

- Considerando o Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais – PCDT, 2ª edição revisada, 2022.

- Considerando a NOTA INFORMATIVA Nº 10/2022-CGAHV/DCCI/SVS/MS, que orienta acerca dos critérios de definição de caso vigentes e utilizados para a notificação em todo o território nacional de Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestantes e Sífilis Congênita no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SinanNET).

- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PA, em Reunião Ordinária de 01 de dezembro de 2022.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Nota Técnica Nº 01/2022 – DCDD/DVS/SESPA, que dispõe sobre a implantação da linha de cuidado da transmissão vertical da sífilis congênita (SC) no âmbito do estado do Pará, conforme Anexo desta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 12 de dezembro de 2022.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - ICB/PA

Resolução Nº 116, de 13 de dezembro de 2022.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando a PORTARIA Nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes e normativas para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e apresenta instrumentos e instâncias para o fortalecimento da Política, dentre os quais o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) e os Planos de Ação Regional de Educação Permanentes em Saúde (PAREPS).

- Considerando a Portaria de Consolidação de nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, em especial o anexo XL que trata da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

- Considerando a Portaria de Consolidação de nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

- Considerando a Resolução CIB/SUS/PA Nº 38, de 24 de maio de 2019, que pactuou o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do Estado do Pará – PEEPS 2019-2022.

- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PA, em Reunião Ordinária de 01 de dezembro de 2022

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a solicitação de ampliação do período de vigência dos Planos de Ação Regionais de Educação Permanente em Saúde e do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS), estendendo até final de 2023.

Art. 2º - Aprovar os instrumentos para o diagnóstico da rede de atenção, estrutura de educação na saúde e linhas de cuidado prioritárias da região de saúde para a atualização do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde e Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 13 de dezembro de 2022.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

Protocolo: 889166

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB/PA

Resolução Nº 107, de 02 de dezembro de 2022.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando o Regimento Interno da CIB, aprovado pela Resolução CIB nº 152, de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo 26., define: Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar ad referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente.

- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PA, em Reunião Ordinária de 01 de dezembro de 2022.

Resolve:

Art. 1º - Homologar, na íntegra, a Resolução CIB Nº 92, de 09 de setembro de 2022, que aprova "Ad Referendum", a contratação de serviços hospitalares do grupo de Transplante de Medula Óssea, localizado no município de Belém, pela Secretaria Estadual de Saúde Pública-SESPA, para realização de até 10 (dez) procedimentos/mensal de transplantes autogênico/autólogo de sangue periférico e de medula óssea.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 02 de dezembro de 2022.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB/PA

Resolução Nº 108, de 02 de dezembro de 2022.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando o Regimento Interno da CIB, aprovado pela Resolução CIB nº 152, de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo 26., define: Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar ad referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente.

- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PA, em Reunião Ordinária de 01 de dezembro de 2022.

Resolve:

Art. 1º - Homologar, na íntegra, a Resolução Nº 93, de 09 de setembro de 2022, que pactua "Ad Referendum" a contratação de 70 (setenta) Leitos de Pediatria, sendo 20 (vinte) leitos de UTI Pediátrica, 20(vinte) leitos de UTI Pediátrica para Pacientes Crônicos e 30 (trinta) leitos de Pediatria Clínica, a serem contratados na Região Metropolitana I, a fim de salvaguardar a população em idade pediátrica no Estado do Pará.